

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.964, DE 2008

Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para estabelecer a obrigatoriedade de se anotar na carteira de trabalho o cartão de vacinação do empregado.

Autor: Deputado Valdir Colatto

Relator: Deputado Dr. Paulo César

I - RELATÓRIO

O projeto de lei ora em questão obriga ao registro, na carteira de trabalho, das vacinas recebidas pelo empregado, em conformidade com o calendário de vacinas do adulto proposto pelo Ministério da Saúde.

Seu Autor, o Deputado Valdir Colatto, afirma que a vacinação dos adultos leva à redução dos indicadores de morbimortalidade, mas que a adesão a tal prática ainda não se mostra satisfatória. Salienta ainda que a nova norma implicará melhoria das condições de saúde da população, com conseqüente redução tanto dos custos para o sistema de saúde quanto do absenteísmo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Além desta Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição será também encaminhada para análise de mérito à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a respeito de sua

constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade. Por ter caráter conclusivo nas comissões, dispensa a apreciação do Plenário.

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família a análise da proposição do ponto de vista sanitário e quanto ao mérito. Eventuais ponderações acerca da redação ou da técnica legislativa deverão ser apontadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

Este projeto foi inicialmente relatado pelo Deputado Chico D'Ângelo, que emitiu parecer por sua rejeição, considerando que a carteira de trabalho não seria documento adequado para registro de questões afetas à saúde do trabalhador.

A Deputada Rita Camata, todavia, em Voto em Separado, concordou com as ponderações do nobre Relator, mas preferiu alterar o teor do projeto, mantendo sua essência. Por concordar com esta posição, tomo a liberdade de acompanhar seu Voto.

De fato, a vacinação em massa é universalmente defendida, uma vez que efetivamente melhora o perfil de morbimortalidade das populações. Nesse sentido, qualquer medida que vise a estimular a prática deve ser por nós apoiada.

Todavia, como bem apontado pelos nobres colegas que me precederam na análise desta propositura – os deputados Chico D'Ângelo e Rita Camata –, a Carteira de Trabalho não se mostra documento próprio para o registro do estado vacinal do trabalhador, mas sim seu prontuário médico. Para tanto, mostra-se suficiente acrescentar parágrafo ao art. 168 da CLT, que trata dos exames do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Além disso, como também mencionado pela Deputada Rita Camata, o art. 2º da proposição em comento aparenta apresentar “vício de inconstitucionalidade, uma vez que estabelece obrigação para o Poder Executivo”.

Pelo exposto, reapresentamos o Substitutivo elaborado pela nobre Parlamentar, que sana tais inadequações. O Voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.964, de 2008, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Dr. Paulo César
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.964, DE 2008

Acrescenta parágrafo ao art. 168 da
Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 168

§ 6º O estado vacinal do empregado será obrigatoriamente anotado em seu prontuário médico, em conformidade com o Calendário de Vacinação de Adultos estabelecido pelo Ministério da Saúde.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Dr. Paulo César